

DESIGUALDADE DE ACESSO À CIDADANIA: DEFENSORIA PÚBLICA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Autor(es)

Rayza Dos Santos Rocha

Rebeca Sousa Barroso

Tarciana Siva Lima

Ana Carolyn Barros Barroso

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

A desigualdade de acesso à cidadania continua sendo uma realidade que perdura em muitas sociedades, apesar do avanço em direitos humanos e igualdade social. Grupos vulneráveis, muitas vezes invisíveis pela lei, combatem obstáculos significativos que os impedem de usufruir de seus direitos fundamentais e exercer plenamente a vida cívica. A Defensoria Pública surge como uma instituição essencial na defesa e promoção dos direitos humanos, especificamente para cidadãos que não possuem acesso ao mínimo existencial. Ao decorrer do trabalho, ressaltará o papel crucial desempenhado pela Defensoria Pública na defesa desses direitos básicos essenciais na vida de um ser humano e na busca por uma sociedade livre, justa e solidária.

Objetivo

Este trabalho, por meio de uma análise sobre desigualdade de acesso à cidadania em diferentes contextos sociais e a função desempenhada pela Defensoria Pública na defesa dos direitos humanos, pretende-se contribuir para uma compreensão mais profunda das questões relacionadas à exclusão social e às importâncias de órgãos públicos na construção de uma sociedade inclusiva.

Material e Métodos

Para atingir os objetivos propostos anteriormente, o presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e discussão entre os autores. Inicialmente, foram utilizadas temáticas a respeito de direitos humanos e falta de acesso à cidadania a partir de fontes acadêmicas, como artigos científicos, Constituição da República Federativa do Brasil (1988). A pesquisa contou com apontamentos feitos pela orientadora Rayza Rocha, nos quais foram pontuadas as fontes para pesquisa. As escolhas dos métodos citados foram feitas para demonstrar clareza, objetividade e segurança ao texto.

Resultados e Discussão

A análise realizada revelou que a desigualdade de acesso à cidadania perdura como um obstáculo em muitas sociedades, afetando principalmente grupos vulneráveis, como pessoas de baixa renda, minorias étnicas,

imigrantes, refugiados, pessoas com deficiência e LGBTQIA +. Dentre os obstáculos estão presentes as dificuldades no acesso à direitos fundamentais previstos no art. 5 da Constituição Federal (1988), como à educação, à saúde, à propriedade, à liberdade, à igualdade e à segurança. A Defensoria Pública atua, por meio de mediação, advocacia e educação em direitos, na defesa dos direitos humanos e na garantia do acesso à justiça para aqueles mais necessitados. Contudo, também existem desafios enfrentados pela Defensoria Pública, como recursos limitados, falta de capacitação adequada, alta demanda e obstáculos estruturais no sistema jurídico. Portanto, seria necessário fortificar e aumentar os recursos e o alcance da Defensoria Pública, além de promover políticas públicas inclusivas.

Conclusão

Em virtude dos argumentos apresentados, conclui-se que esforços coletivos são fundamentais para construir uma sociedade mais inclusiva e justa, livre de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517709/001056079.pdf?sequence=1&isAllowed=y>